

Requer a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de ingresso para o provimento de 2 lugares de especialista estagiário, para o LPC -Área de Física, da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º... de.../.../... (indicar número e data deste *Diário da República*).

Declara sob compromisso de honra que reúne os requisitos previstos na alínea a) do n.º 5.1 do presente aviso de abertura.

Pede deferimento

... (local e data.)

... (assinatura.)

(*) Qualquer alteração à morada ocorrida no decorrer do concurso deverá ser prontamente comunicada à Área de Selecção e Apoio Técnico do Departamento de Recursos Humanos.

9.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Certificado autêntico ou fotocópia simples das habilitações literárias exigidas (onde conste claramente a data de conclusão dessas habilitações);

b) Fotocópia da carta de condução de veículos ligeiros;

c) Fotocópia do bilhete de identidade.

9.3 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto Lei n.º 204/98, de 11.07, são excluídos os candidatos que não entregarem, juntamente com o requerimento, os documentos solicitados no número anterior.

9.4 — Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão apresentar, em simultâneo com o documento comprovativo das suas habilitações, o correspondente documento de reconhecimento de habilitações estrangeiras previsto pela legislação portuguesa aplicável.

9.5 — O júri, com base na nova redacção do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, pode exigir a exibição de documento original ou de documento autenticado para conferência, quando haja dúvidas fundadas acerca do seu conteúdo ou autenticidade.

9.6 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou a entrega de documento falso implica a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

10 — Publicitação e informações: as listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão divulgadas nos termos dos artigos 33.º, n.º 2, 34.º e 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e poderão ser consultadas no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária.

Serão prestadas informações pelo telefone 213533030 (linha de cursos), dentro do seguinte horário: das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

11 — Legislação e bibliografia: nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, indica-se a bibliografia necessária à preparação para a prova de conhecimentos específicos:

<http://www.fbi.gov/hq/lab/html/teu1.htm>;
<http://en.wikipedia.org/wiki/Fiber>;
<http://en.wikipedia.org/wiki/Glass>;
<http://en.wikipedia.org/wiki/Paint>;
http://en.wikipedia.org/wiki/Gunshot_residue;
http://focossforensics.com/html/gunshot_residue.html.

12 — Na sequência do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, faz-se constar, igualmente, o seguinte:

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

13 — Constituição do júri:

Presidente — Lic. Algina Maria Fernandes de Matos Barbosa Ramalho Monteiro — chefe de área.

Vogais efectivos:

Lic. Maria de Fátima da Mota Ferreira Machado Monteiro — especialista superior, escalão 3.

Lic. Paula Susana Ramalho Duarte — especialista superior, escalão 2.

Vogais suplentes:

Lic. Mário Pereira Goulart — especialista superior, escalão 2.

Lic. Luís Manuel Santos Teodoro, Especialista Superior, escalão 1.

A presidente será substituída, nas suas faltas e impedimentos, pela 1.ª vogal efectiva.

6 de Junho de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extracto) n.º 17987/2008

Nos termos do artigo único da Portaria n.º 237/2007, de 8 de Março, e por meu despacho de 26 de Maio de 2008, faz-se público que foi, em 27-05-2008, anexado o Cartório Notarial de Moura, à Conservatória do Registo Predial da mesma localidade.

6 de Junho de 2008. — O Presidente, *António Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 16564/2008

Por despacho do Presidente deste Instituto, datado de 20 de Fevereiro de 2008, foi Pedro João Soares Assunção, segundo ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar ao serviço, para lugar do quadro paralelo do município de Mortágua, nos termos do n.º 4 do artigo 108 do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2008, ficando afecto à Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Tondela, tendo sido posteriormente reafectado, por despacho do Vice-Presidente, em substituição, datado de 30.04.2008, à Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Mortágua, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 109.º do mesmo diploma, com efeitos a partir de 13.05.2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

6 de Junho de 2008. — A Directora de Departamento, *Carolina Ferra*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 17988/2008

Por despacho do Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 30 de Maio de 2008, nos termos da alínea b) do ponto 1.1 do Despacho n.º 22 326/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* n.º 206 de 26 de Outubro, foi, João Pedro da Fonseca Cirne, desenhador especialista do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte/Gabinetes de Apoio Técnico, transferido para o Quadro Privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, com efeitos a 02 de Junho de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2008. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Aviso n.º 17989/2008

Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, colocado em situação de mobilidade especial por opção voluntária, aprovada por despacho de 24 de Abril de 2008 do Presidente da CCDRN.

30 de Maio de 2008. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Lista nominativa do pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, em conformidade com o n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, elaborada nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma legal

Nome	Vínculo	Grupo de pessoal	Categoria	Escalão	Índice
Maria Lucília Sousa Maia Aroso Monteiro Pereira.	Nomeação	Técnico superior.	Consultora jurídica assessor principal.	2	770
Rui José Basto Fernandes Moreira	Nomeação	Técnico superior.	Assessor principal	1	710
Bernardino Rodrigues da Silva	Nomeação	Técnico superior.	Assessor	2	660
Maria Gabriela Rodrigues da Silva	Nomeação	Técnico superior.	Técnico superior de 1.ª classe	2	475
Francisco José de Castro Moura Bastos.	Nomeação	Técnico superior.	Técnico superior principal	2	560
Arlindo Marques Cunha.	Nomeação	Técnico superior.	Assessor principal	3	830
Maria Celeste Monterroso de Carvalho Gomes.	Nomeação	Técnico superior.	Assessor principal	4	900
Joana de Saavedra de Sepúlveda e Lencastre de Sousa Andresen.	Nomeação	Técnico superior.	Técnico superior de 1.ª classe	2	475
Susana Rosa Teixeira Portela Silva	Nomeação	Técnico profissional.	Técnico profissional de 2.ª classe	2	209

Aviso n.º 17990/2008

Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 30 de Maio de 2008, nos termos da alínea b) do ponto 1.1 do despacho n.º 22 326/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 26 de Outubro de 2005, foi, Joaquim Emanuel Abreu Ferreira da Silva, desenhador especialista principal do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte/Gabinetes de Apoio Técnico, transferido para o quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, com efeitos a 2 de Junho de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2008. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 16565/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* n.º 3, 2.ª série, de 04 de Janeiro; no jornal “Diário de Notícias”, do dia 08 do mesmo mês e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 09 de Janeiro, com o código de oferta n.º OE200801/0197, todos do ano de 2008, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento no cargo de Director de Serviços de Fiscalização, da CCDRLVT, previsto no quadro III do anexo a que se refere o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, em conjugação com a alínea f) do artigo 1.º e artigo 7.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata, Eng.ª Maria José de Oliveira, por reunir as condições exigidas para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente demonstrou possuir boas condições técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica para a qual foi aberto o referido procedimento concursal, em virtude de ser detentora de uma vasta e comprovada experiência profissional, designadamente, na promoção e desenvolvimento de acções de fiscalização no domínio do ambiente e do ordenamento do território, no âmbito de matérias relacionadas com emissão de poluentes; licenciamento ambiental; ruído; operações de gestão de resíduos; exploração de massas minerais; conservação da natureza e da biodiversidade; bem como, cumprimento da legislação em vigor no que respeita aos instrumentos de gestão territorial e aos regimes territoriais especiais, competência e aptidão essenciais para prosseguir os objectivos da respectiva unidade orgânica.

3 — Atento aos fundamentos supra citados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo para o qual foi aberto o respectivo procedimento.

4 — Nomeio, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a Eng.ª Maria José de Oliveira Falcão, inspectora principal da carreira de inspecção superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, no cargo de Directora de Serviços de

Fiscalização, da CCDRLVT, nos termos conjugados nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 de Junho de 2008. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao curriculum vitae académico e profissional da Eng.ª Maria José de Oliveira Falcão

Curriculum vitae académico: Licenciatura em Engenharia do Ambiente, ramo de Engenharia Sanitária.

Curriculum vitae profissional:

De 18 de Junho de 2007, até à presente data, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Director de Serviços de Fiscalização, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 05 de Junho de 2007, com efeitos reportados a 18 do mesmo mês e ano;

Desde 2004 até Junho de 2007, exerceu funções como inspectora principal no Serviço de Inspecção Ambiental da Inspecção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território (IGAOT), procedendo à fiscalização do cumprimento das normas legais e regulamentares em matéria de incidência ambiental e inspecção de estabelecimentos, locais ou actividades a elas sujeitos, elaboração de autos de notícia resultantes da prática de infracções às normas legais e regulamentares em matéria de incidência ambiental;

Participação como membro dos Grupos de Trabalho “Sistemas de Informação da IGAOT” e “Acção Integrada na Bacia do Trancão”, este último a realizar durante o ano de 2007, no âmbito dos Programas de Acção de Inspecção Específicas da IGAOT.

Entre 1994 e 2004, exerceu funções na ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tendo prestado colaboração e apoio técnico (preparação, elaboração e acompanhamento de contratos-programa) em comissões de análise de propostas de Obras Hidráulicas e de Saneamento Básico com as Autarquias Locais e Associações de Municípios;

Emissão de pareceres efectuados com base na análise e avaliação técnico-económica, de projectos de Estações de Tratamento de Águas Residuais e Estações de Tratamento de Águas de Abastecimento, com financiamento do II Quadro Comunitário de Apoio (PORLVT — Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, P.O.A. — Programa Operacional do Ambiente e Fundo de Coesão), pertencentes à área de jurisdição da CCDRLVT;

Prestação de apoio técnico às Autarquias Locais relativamente ao estudo, concepção e gestão, bem como da análise e avaliação técnico-económica de Sistemas de Saneamento Básico na região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do Financiamento do II Quadro Comunitário de Apoio (PORLVT — Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, P.O.A. — Programa Operacional do Ambiente e Fundo de Coesão);

Entre 1991 e 1992, exerceu funções no Instituto Nacional da Água (INAG), tendo prestado colaboração no Projecto “Rede de Qualidade da Água da Direcção-Geral dos Recursos Naturais” e “Programa de Monitorização de Captações de Superfície — Ponto de Situação” no âmbito do Projecto PNUD.